



ISBN: XXXX-XXXX

DOI: 10xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Relato de experiência: metamorfoses territoriais ao longo da rodovia AM-010 e região metropolitana de Manaus

Maria Eduarda Dias Ferreira da Silva¹

Cintia Pereira Oliveira²

Eline da Costa Araújo Ruiz³

Resumo

O relato descreve a atividade de campo realizada em junho de 2026 na disciplina de geografia agrária do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), ao longo da rodovia AM-010, entre Manaus e Itacoatiara, Silves e Itapiranga. A partir de 10 pontos de parada, observaram-se transformações territoriais como expansão urbano-industrial, modernização seletiva, especulação fundiária, produção camponesa, exploração madeireira, extração de gás e petróleo e conflitos sobre territórios ocupados por populações tradicionais. A vivência evidenciou que a rodovia é um espaço de disputa entre projetos de desenvolvimento, onde a modernização viária atua como catalisador de contradições históricas.

Palavras chave: Transformações territoriais; conflitos fundiários; modernização seletiva; populações tradicionais; rodovia AM-010.

Experience report: territorial metamorfoses along the AM-010 highway

Abstract

This report describes the field activity carried out in June 2026 in the Agrarian Geography course of the Geography Teaching Degree program at the University of the State of Amazonas (UEA), along the AM-010 highway, between Manaus and the municipalities of Itacoatiara, Silves and Itapiranga. Based on ten stopping points, territorial transformations were observed, including urban-industrial expansion, selective modernization, land speculation, peasant production, timber extraction, oil and gas exploitation, and conflicts over territories occupied by traditional populations. The field experience revealed that the highway constitutes a space of dispute between different development projects, in which road modernization acts as a catalyst for historical contradictions.

¹ Graduanda em Licenciatura em Geografia, Universidade do Estado do Amazonas, mariaferreira025@gmail.com

² Graduanda em Licenciatura em Geografia, Universidade do Estado do Amazonas, cpo.geo24@uea.edu.br

³ Graduanda em Licenciatura em Geografia, Universidade do Estado do Amazonas, edcar.geo24@uea.edu.br



ISBN: XXXX-XXXX

DOI: 10xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Keywords: Territorial transformations; land conflicts; selective modernization; traditional populations; AM-010 highway.

Introdução

A experiência de campo ao longo da rodovia AM-010, realizada em três dias consecutivos, constituiu um exercício fundamental de imersão nas dinâmicas territoriais que moldam a Amazônia Ocidental. Partindo da metrópole de Manaus em direção aos municípios de Itacoatiara, Silves e Itapiranga, conforme ilustrado na figura 1, percorremos aproximadamente 300 quilômetros de um eixo viário que, desde sua inauguração em 1965, tem sido cenário de sucessivos ciclos de ocupação, desmatamento, modernização e conflito.

O objetivo central do relato é descrever e refletir sobre as experiências vivenciadas ao longo do trajeto, articulando as observações empíricas com categorias analíticas da geografia agrária e crítica. Cada ponto de parada foi escolhido para evidenciar diferentes facetas do processo de metamorfose territorial, que inclui a expansão urbano-industrial, a modernização seletiva da infraestrutura, a especulação fundiária, a produção camponesa, a exploração madeireira, a extração de gás e petróleo, e os conflitos gerados pela territorialização do capital sobre territórios ocupados por populações tradicionais.

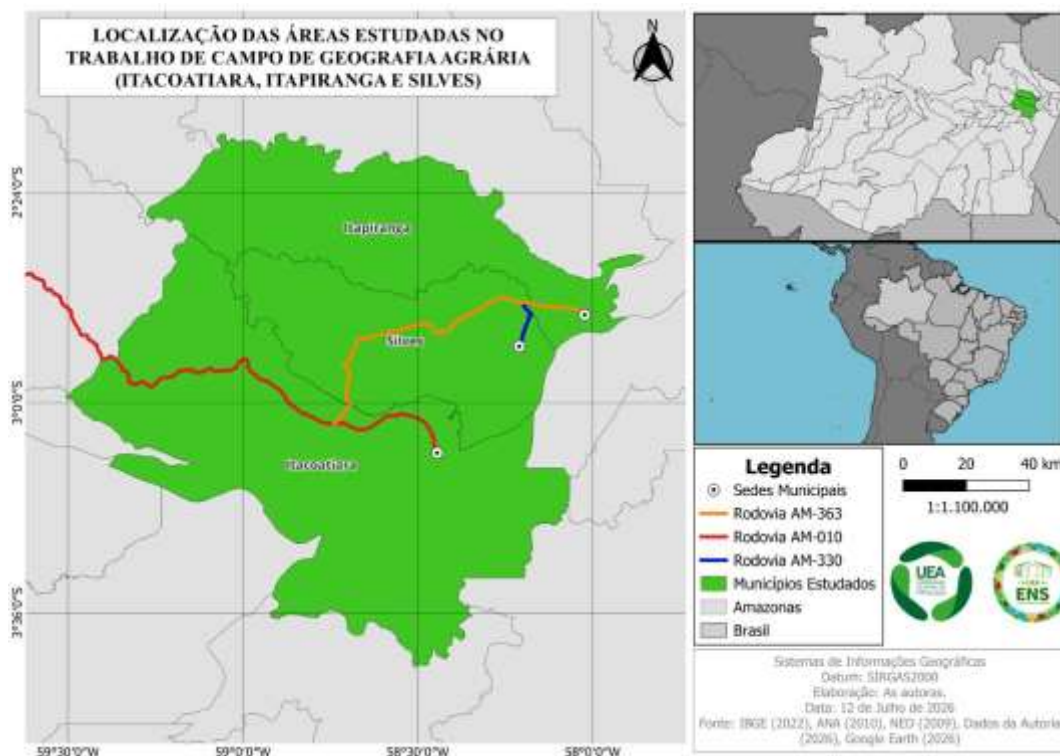
A rodovia AM-010, ao conectar Manaus ao interior, atua como um vetor de mudanças que transcende sua função logística original. Ela é, antes de tudo, um espaço de disputa entre diferentes projetos de desenvolvimento, nos quais agentes institucionais, grandes proprietários de terra, camponeses, populações tradicionais e corporações transnacionais se confrontam por recursos escassos e por visões de futuro para a região.



ISBN: XXXX-XXXX

DOI: 10xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Figura 1 - Mapa de localização dos pontos visitados.



Fonte: As autoras, (2026).

A rodovia AM-010: vetor de expansão urbana, modernização seletiva e mosaico institucional

Os primeiros quilômetros da AM-010, a partir de Manaus, revelaram uma paisagem em rápida transição. O que antes era ocupado por roças, capoeiras e pequenos lotes da antiga colonização da CRASA, empresa estatal responsável pelos primeiros núcleos de assentamento na década de 1950, agora cede lugar a loteamentos, indústrias e galpões logísticos, ilustrado na figura 2. A rodovia, nesse trecho inicial, atua como um corredor de expansão da mancha urbana, onde a especulação imobiliária e a pressão do capital reconfiguram o solo em velocidade acelerada. A modernização da infraestrutura viária, embora apresentada como benefício para todos, revela-se seletiva: privilegia o escoamento de commodities e a valorização de ativos imobiliários, enquanto marginaliza as pequenas produções que historicamente ocupavam a área.

ISBN: XXXX-XXXX

DOI: 10xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Figura 2 - Loteamento às margens da rodovia AM-010



Fonte: Acervo pessoal, (2026).

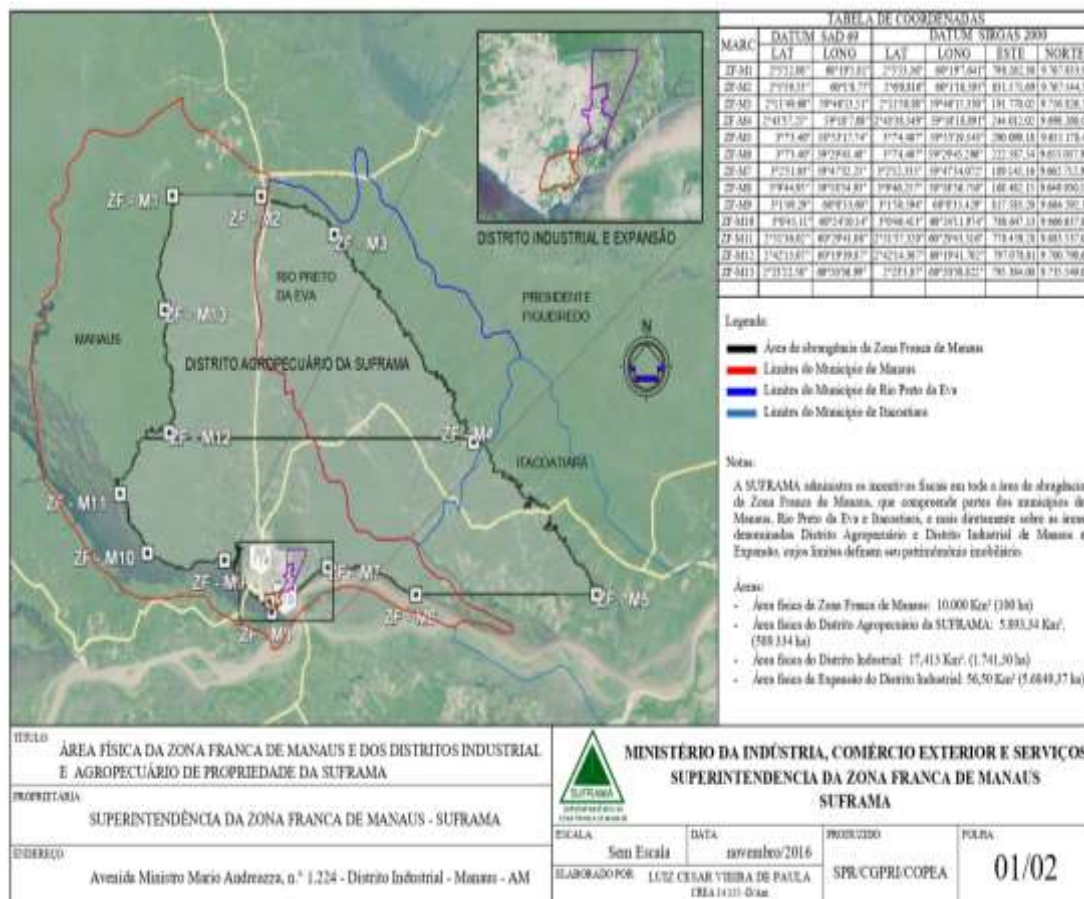
No quilômetro 29, a paisagem se apresenta como um verdadeiro mosaico de territorialidades institucionais. De um lado, a Embrapa Ocidental, com seus laboratórios e experimentos voltados para o agronegócio exportador, onde se destacam pesquisas com cupuaçu sem semente, híbridos de palma e variedades de soja adaptadas às condições edafoclimáticas da região. Ficou claro, porém, que grande parte dessas inovações não chega aos agricultores familiares e assentados, sendo direcionada para atender às demandas do capital global. A pesquisa pública, portanto, opera como suporte à acumulação capitalista no campo, aprofundando a assimetria entre grandes e pequenos produtores. O foco de suas pesquisas de ponta e os laboratórios está majoritariamente alinhada aos circuitos globais do agronegócio (Elias, 2011).

De outro lado, as glebas do Distrito Agropecuário da SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus, de acordo com a figura 3, concebidas nas décadas de 1960 e 1970 para abrigar grandes empreendimentos, materializam na paisagem o fracasso de um modelo que desconsiderou a aptidão do solo e a sustentabilidade ecológica. Grandes extensões de pastagens abandonadas, capoeiras e áreas de desmatamento remanescente revelam o passivo ambiental e fundiário que perdura até o presente, fruto de uma ocupação territorial orientada mais pela grilagem e pela especulação do que pela produção efetiva. Mais adiante, a Reserva Biológica do INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia surge como um enclave de preservação em meio a um território intensamente antropizado, evidenciando a fragmentação institucional e a contradição estrutural do Estado, que ao mesmo tempo financia projetos de impacto ambiental e delimita áreas de proteção estrita.

ISBN: XXXX-XXXX

DOI: 10xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Figura 3 - Mapa da Zona Franca de Manaus.



Fonte: IBGE, (2025).

Neste cenário, a atuação do Estado se mostra contraditória: ao mesmo tempo que financia projetos produtivos através de fundos públicos como o BASA - Banco da Amazônia e a SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, se mantém indiferente à irregularidade do solo e à degradação ambiental, estabelecendo um modelo de ocupação onde a terra é vista como um ativo de valor e garantia para obtenção de créditos subsidiados, e não como um local de moradia e produção.

Resistência camponesa e as contradições do modelo agropecuário: Assentamento Manápolis e Fazenda Aripuanã

Em contraste com a lógica do agronegócio e da especulação fundiária, o Assentamento Manápolis representa a persistência de territorialidades camponesas ao longo da AM-010. Localizado em um ramal que se estende da rodovia até o Rio Preto, o assentamento reúne cerca de 80 famílias que ocupam a área desde as décadas de 1980 e 1990, em um processo de regularização fundiária conduzido pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Mais do que uma intervenção ex nihilo, o Manápolis representa a formalização de uma ocupação territorial preexistente, enraizada

ISBN: XXXX-XXXX

DOI: 10xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

em relações de vizinhança, parentesco e práticas produtivas que se desenvolveram ao longo de gerações.

A produção camponesa ali é marcada pela policultura, por exemplo, a mandioca, banana, hortaliças, frutas que garantem a segurança alimentar das famílias e geram renda por meio de cadeias curtas de comercialização, abastecendo diretamente a feira de Manaus. A vivência na comunidade nos fez compreender que a agricultura familiar não é um resquício do passado, mas uma alternativa viável e sustentável de uso do solo, que resiste à pressão do agronegócio e da especulação fundiária. No entanto, a pressão do capital é palpável: novas fazendas têm surgido nas proximidades, com casas modernas e infraestrutura de ponta, indicando a chegada de novos agentes econômicos interessados na valorização fundiária induzida pela modernização da rodovia.

A resistência camponesa se expressa através da preservação da policultura, da formação de associações e da recusa em vender as terras de forma individualizada, táticas que reafirmam a reconstituição camponesa frente à territorialização do capital. Esse conceito é crucial para entender como o capital, ao se estabelecer em certas regiões, estrutura o território segundo suas próprias lógicas, expropriando ou submetendo as populações existentes.

A Fazenda Aripuanã, localizada no quilômetro 211, sintetiza, por outro lado, as contradições do modelo de desenvolvimento agropecuário na Amazônia. Implantada em 1968, logo após a inauguração da rodovia, a propriedade foi aberta com desmatamento de 17 mil hectares, sem estudos prévios de aptidão do solo e com fortes indícios de grilagem, prática recorrente na formação de latifúndios amazônicos. O fracasso da pecuária, inviabilizada pela inaptidão do solo arenoso, levou o proprietário a redirecionar a produção para a silvicultura de castanheiras, com financiamento do Banco da Amazônia (BASA), evidenciando a atuação do Estado como indutor de modelos produtivos, mesmo quando estes se mostraram inicialmente equivocados do ponto de vista agrônomo. Revela-se aqui um padrão geográfico clássico da fronteira amazônica, teorizado por Martins (2013): a introdução do capital no campo não visava prioritariamente a produção de alimentos ou desenvolvimento regional, mas sim a especulação fundiária, a grilagem e a monopolização do território.

Atualmente, a fazenda opera com extração de castanha e madeira, ambas destinadas ao mercado internacional. As atividades são executadas por cerca de 60 famílias do entorno, em regime de trabalho precarizado, sem formalização contratual, baixa remuneração, ausência de segurança social e condições que expõem os trabalhadores à instabilidade econômica. A visita à propriedade rural nos possibilitou perceber a discrepância entre a retórica da sustentabilidade e a realidade das relações laborais, caracterizadas pela exploração e pela carência de direitos, evidenciando a compreensão de que o Estado, ao apoiar financeiramente iniciativas produtivas desprovidas de critérios ambientais e sociais sólidos, intensifica as desigualdades e cria passivos que perduram por longos períodos.



ISBN: XXXX-XXXX

DOI: 10xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa: história, identidade e luta por território

O encontro com a comunidade quilombola do Lago de Serpa, foi um dos momentos mais marcantes do campo. A história do quilombo, que remonta ao século XIX, revela a complexa articulação entre escravidão, colonialismo e resistência negra na Amazônia. Sua origem está vinculada ao contexto do expansionismo norte-americano e à resposta geopolítica do Império Brasileiro, que criou a Companhia de Navegação e Comércio da Amazônia, liderada pelo Barão de Mauá, e fundou a Colônia Itacoatiara em 1854. Para realizar os trabalhos braçais, foram enviados à colônia, entre 1857 e 1858, 37 africanos livres oriundos de apreensões de navios negreiros no Espírito Santo e em Pernambuco, com origem na Angola. Quando a colônia faliu em 1866, os africanos livres migraram para o Lago de Serpa, como ilustra a figura 4, a partir de 1870, desenvolvendo modos de vida baseados na pesca, caça, coleta de frutos e produção de carvão e lenha (Mode Fica, 2022).

Figura 4 - Lago de Serpa.



Fonte: Acervo pessoal, (2026).

O reconhecimento oficial como território quilombola ocorreu em 2014, após um longo processo de pesquisa e documentação conduzido por um professor local, que levantou documentos históricos do século XIX e organizou um dossiê encaminhado à Fundação Palmares. A certificação, publicada no Diário Oficial da União em dezembro de 2014, representou uma conquista histórica, mas também desencadeou conflitos com interesses imobiliários. O principal conflito ocorreu entre 2017 e 2018, quando uma imobiliária de Rondônia lançou o empreendimento "Paraíso do Serpa" com mais de mil

ISBN: XXXX-XXXX

DOI: 10xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

casas, sobrepondo-se ao território tradicionalmente ocupado pela comunidade. A comunidade, como ilustra a figura 5, com apoio de defensores de direitos humanos, coletou provas e formalizou denúncia ao Ministério Público Federal, resultando no embargo da obra pela Justiça Federal.

Figura 5 - Frente da sede comunitária.



Fonte: Acervo pessoal, (2026).

As lideranças comunitárias sofreram perseguições, ameaças e retaliações, incluindo recusa de atendimento médico e hostilidades em espaços públicos. A conversa com o Sr. Ernando, presidente da associação, foi profundamente emocionante: ele descreveu as ameaças sofridas, a perseguição política, mas também falou da unidade da comunidade, da recusa à negociação individualizada e da determinação em preservar o território. A delimitação do território pelo INCRA, baseada nos usos tradicionais e na circulação das famílias, reconhece que o território quilombola abrange áreas de caça, pesca, coleta e produção, e não somente as áreas de moradia (Associação Comunitária Quilombola Do Sagrado Coração de Jesus do Lago De Serpa, 2026). No entanto, a titulação definitiva ainda não foi concluída, mantendo a comunidade vulnerável à especulação imobiliária e a novos conflitos.

A experiência no quilombo mostra que a luta por território é, antes de tudo, uma luta por dignidade, memória e reprodução social, e que a certificação, embora fundamental, é apenas o início de um processo contínuo de defesa dos direitos territoriais.

Mil Madeiras, Eneva e a convergência corporativa na porção final da rodovia

A visita à área de atuação da Mil Madeiras, viabilizada pela rodovia AM-010, revelou a escala da exploração madeireira na Amazônia e a complexa sobreposição de territorialidades corporativas, evidenciando como o eixo viário funciona como suporte logístico para a articulação entre diferentes frações do capital na região. A empresa, filial

ISBN: XXXX-XXXX

DOI: 10xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

brasileira do grupo suíço Precious Woods Group, opera em uma área de aproximadamente 300 mil hectares, abrangendo os municípios de Presidente Figueiredo, Manaus, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Silves e Itapiranga. A atividade principal é a extração de madeira de alto valor comercial, como ipê, cumaru, angelim, destinada prioritariamente ao mercado europeu de móveis de luxo e decks. Os resíduos da serraria, incluindo cavacos e sobras, são utilizados para gerar energia elétrica, abastecendo o complexo industrial e reduzindo a dependência de fontes externas, como mostra a figura 6. A empresa também comercializa créditos de carbono, inserindo-se em um circuito financeiro global de compensação de emissões.

Figura 6 - Subestação Mil Madeira Energia.



Fonte: Acervo pessoal, (2026).

No entanto, a narrativa de sustentabilidade esconde uma realidade de grilagem, expropriação e conflitos com populações tradicionais. A origem das terras remonta a processos de apropriação ilegal durante o regime militar, quando empresários paulistas adquiriram múltiplos lotes, aglutinando terras e ultrapassando o limite legal de 3.000 hectares previsto na Constituição de 1967. Atualmente, a empresa detém 21 matrículas imobiliárias, incluindo duas Concessões de Direito Real de Uso (CDRU) firmadas com o Governo do Estado do Amazonas, cobrindo uma área que poderia abrigar cerca de 10 mil famílias.

A abertura de ramais pela empresa, que se estendem por aproximadamente 40 a 80 quilômetros floresta adentro, criou as condições materiais para a chegada de novos agentes econômicos, estabelecendo uma infraestrutura logística que, embora inicialmente voltada para o escoamento da madeira, agora serve como suporte para a indústria de combustíveis fósseis. Há cerca de 20 anos, a Petrobras identificou na região a presença de gás natural e petróleo, e nos últimos 5 a 6 anos, o bloco de exploração foi arrematado

ISBN: XXXX-XXXX

DOI: 10xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

pela empresa Eneva. As pesquisas avançadas identificaram gás natural em abundância, com previsão de exploração pelos próximos 5 anos, além de petróleo de altíssima qualidade, classificado como petróleo leve, com previsão de extração de aproximadamente 7 mil barris por dia.

A sobreposição das operações da Mil Madeiras e da Eneva sobre o território ocupado por ribeirinhos, indígenas do povo Mura e camponeses evidencia a convergência de diferentes frações do capital na mesma área, gerando um cerco às populações locais que veem seus modos de vida progressivamente inviabilizados. A ausência de comunicação transparente com as comunidades, que só descobrem os empreendimentos quando as obras já estão em andamento, revela a assimetria de poder entre as corporações e as populações locais, configurando uma estratégia intencional de ocultamento que visa evitar reações e resistências antes que o empreendimento já esteja consolidado.

O Complexo Termoelétrico Azulão 950, ilustrado na figura 7 do empreendimento da Eneva localizado nas proximidades de Silves, materializa a rapidez com que o capital energético se territorializa na Amazônia. Em apenas quatro anos, uma área de floresta virgem foi transformada em um enclave industrial com capacidade de gerar 950 megawatts de energia para o Sistema Nacional. A usina é alimentada por gás extraído de poços locais e transportado por gasodutos, e exige um significativo volume de água para resfriamento, captada por meio de uma adutora de aproximadamente um metro de diâmetro que se estende por cerca de 15 quilômetros até o Rio Urubu.

Figura 7 - Complexo Termelétrico Azulão 950.



Fonte: Acervo pessoal, (2026).

As famílias camponesas que ocupavam a área foram expropriadas com valores irrisórios, aproximadamente 100 mil reais por propriedade, em comparação com o investimento total da planta, estimado em 4 bilhões de reais, evidencia a violência estrutural da acumulação por despossessão (Harvey, 2011). A trajetória de propriedade do empreendimento evidencia o fenômeno da financeirização do território amazônico: o projeto inicial era da Petrobras, mas a partir de 2013 o bloco de exploração foi repassado ao capital financeiro, sendo adquirido pelo Banco BTG Pactual, que tem entre seus

ISBN: XXXX-XXXX

DOI: 10xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

acionistas o ministro da Economia do governo federal à época. Os royalties gerados são insuficientes para cobrir os passivos sociais e ambientais deixados pelos empreendimentos, e os empregos gerados são majoritariamente temporários, com a grande maioria dos trabalhadores sendo demitida ao final das obras, restando apenas cerca de 20 a 30 funcionários para atividades operacionais e de segurança.

O Conflito das Águas na Comunidade Centenário e a expropriação na várzea de Itacoatiara

O último ponto de parada, a Comunidade Centenário em Itacoatiara, figura 8, sintetizou as contradições do modelo de desenvolvimento regional e a violência da acumulação por despossessão (Harvey, 2011; Lefebvre, 2006). Composta por aproximadamente 50 famílias, a comunidade está localizada no perímetro urbano do município, em uma área de várzea submetida ao regime periódico de cheias e vazantes que historicamente moldou modos de vida adaptados à dinâmica fluvial, baseados na pesca artesanal, na agricultura de várzea e no extrativismo. Por conta das dinâmicas atuais/observadas, é violentamente reconfigurado para atender a fluidez corporativa (Oliveira, 2007).

Figura 8 – Comunidade Centenário.



Fonte: Acervo pessoal, (2026).

A comunidade enfrenta um severo cerco territorial promovido pela expansão do capital portuário e pela omissão estrutural do Estado. De um lado, o setor portuário privado, representado pela Super Terminais e por grandes empresas ligadas ao agronegócio, especialmente ao comércio de soja e milho, que vêm expandindo suas instalações portuárias na região, cercando a comunidade pelas margens direita e esquerda do rio. De outro, a infraestrutura logística estatal, representada pelas atividades do DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, que incluem o fundeio de

ISBN: XXXX-XXXX

DOI: 10xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

balsas e o tráfego de empurradores no rio, gerando impactos diretos no cotidiano dos moradores.

A conversa com os moradores revelou um quadro de violação de direitos que a Comissão Pastoral da Terra classifica como "Conflito das Águas" ou hidronegócio, como conceitua Porto-Gonçalves (2006). O tráfego intenso de grandes embarcações espanta os cardumes, reduzindo a disponibilidade de peixes e exigindo dos pescadores maior esforço físico e deslocamentos mais longos. O forte banzeiro provocado pela passagem e manobra dos empurradores causa a erosão acelerada das margens, acelerando o fenômeno conhecido regionalmente como "terras caídas", destruindo o espaço físico da comunidade, incluindo áreas de cultivo, moradia e espaços de convivência como o campo de futebol local. A poluição das águas decorrente da operação de transbordo de grãos, com a queda de resíduos como poeira e cascas de soja nos corpos d'água, ameaça a qualidade dos recursos hídricos e os ecossistemas dos igarapés afluentes dos rios.

Há ainda relatos de restrição do direito de ir e vir, incluindo ameaças com disparos de arma de fogo por parte de agentes das empresas contra comunitários que pescavam em áreas tradicionalmente utilizadas, configurando violações graves dos direitos humanos e evidenciando a privatização de fato dos espaços aquáticos. A falta de infraestruturas fundamentais, como escolas, centros de saúde e eletricidade constante, juntamente com a manutenção da precariedade estrutural, onde pontes e redes elétricas são administradas de maneira autônoma pelos residentes, evidenciam uma tática de expulsão disfarçada de desamparo. Nesse contexto, a precariedade não é um mero acaso, mas um recurso de política territorial.

A disputa territorial envolve também uma dimensão jurídica fundamental: parte da área em litígio corresponde à várzea do Rio Amazonas, classificada pela Constituição Federal de 1988 como bem da União, inalienável e não passível de propriedade privada. Dessa forma, ainda que a Super Terminais alegue ter adquirido o terreno, é possível que o título de propriedade não tenha validade jurídica plena, visto que não é permitido o registro de propriedade privada sobre áreas de várzea. Em dezembro de 2024, o Ministério Público Federal emitiu uma recomendação para que a Super Terminais evite a realização de obras ou construções no território comunitário até que sejam apurados os fatos e confirmada a natureza tradicional da ocupação.

Diante do assédio das empresas, que tentam quebrar o tecido social por meio de propostas financeiras individuais subvalorizadas, promessas de emprego e tentativas de cooptação de lideranças, a comunidade desenvolve formas ativas de resistência. A principal estratégia é a ação coletiva e a recusa à negociação individualizada, expressa no princípio comunitário de que "só conversarão se toda a comunidade conversar", preservando a unidade necessária para a negociação coletiva e para a pressão política. Além disso, a comunidade realiza ações diretas de autodefesa territorial, com moradores se organizando para afastar empurradores que invadem o perímetro comunitário, utilizando suas próprias embarcações e conhecimentos da navegação local. Paralelamente, a comunidade investe na articulação jurídica e na formação de redes de apoio, estabelecendo parcerias com a Comissão Pastoral da Terra, a Defensoria Pública e o Ministério Público Federal e Estadual.



ISBN: XXXX-XXXX

DOI: 10xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Considerações finais

A experiência de campo ao longo da rodovia AM-010 foi profundamente transformadora, confrontando-nos com as contradições concretas do desenvolvimento na Amazônia. A rodovia revelou-se como espaço de disputa entre projetos de futuro, onde a modernização viária atua como catalisador de metamorfoses territoriais, favorecendo a logística de larga escala, o agronegócio e a extração de recursos em detrimento da diversidade produtiva e dos direitos das populações locais. O avanço extrativista impõe grilagem, desmatamento, expropriação e cerco aos corpos d'água, como evidenciado nos casos da Mil Madeiras, Eneva e Super Terminais.

No entanto, a vivência mostrou a vitalidade das resistências, como o Assentamento Manápolis, o Quilombo do Lago de Serpa e a Comunidade Centenário, onde a luta por território é luta por dignidade, memória e reprodução social. A policultura, a organização associativa e a articulação com redes de apoio afirmam a viabilidade de modelos alternativos para a Amazônia (Santos, 2002). Ao final, ficamos com a certeza de que compreender essas dinâmicas é condição indispensável para formular políticas públicas mais justas e construir um desenvolvimento que concilie justiça social, sustentabilidade ambiental e respeito à diversidade cultural. A Amazônia não é um espaço vazio, mas um território habitado, vivo e resistente.

Referências

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA QUILOMBOLA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DO LAGO DE SERPA. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**. Brasília: IPEA, 2026. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/1254847>. Acesso em: 09 de jul. 2026.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 153, 2011. DOI: 10.22296/2317-1529.2011v13n2p153. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>. Acesso em: 11 jul. 2026.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Área física da Zona Franca de Manaus e dos Distritos Industrial e Agropecuário de Propriedade da SUFRAMA**. 2016. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/SUFRAMA/2025/Zona_Franca_de_Manaus.jpg. Acesso em: 11 de jul. 2026

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. [9. ed.]. São Paulo, SP: Contexto, 2013. 282 p. ISBN 978-85-7244-458-3.

MODE FICA. **A história do Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa começa na Angola**. Manaus: Mode Fica, 2022. Disponível em:



ISBN: XXXX-XXXX

DOI: 10xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

<https://www.modifica.com.br/web-stories/historia-do-quilombo-sagrado-coracao-de-jesus-do-lago-de-serpa/>. Acesso em: 05 jul. 2026.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2002.